

942  
1973

1  
MENSAGEM  
DE

ANO NOVO

DO CHEFE  
DO ESTADO

1160

942

942





O SENHOR ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ AO PROFERIR A SUA MENSAGEM DE ANO NOVO AOS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO



**1973**

**MIENSAGEM  
DE**

**ANO NOVO**

**DO CHEFE**

**DO ESTADO**



S.W.I.  
1160

INCORPORAÇÃO

323



**I**NDIFERENTE a tudo e a todos, vai o tempo deixando na esteira da sua marcha incessante e imutável os dias, os meses e os anos. Esgotado o calendário de cada ano, outro ano se inicia sem solução de continuidade e com o seu advento se repete o sortilégio do regresso da humanidade à esperança de que ele, além de novo, possa vir a ser, também e finalmente, um ano bom, ou seja um ano de paz, de compreensão e de mútuo entendimento entre os homens. Na sua alvorada, quase se esquecem todas as ilusões sofridas e as amarguras suportadas ao longo do ano que finda, como se por magia, umas e outras tivessem sido apagadas pela fé em melhores dias.

Nessa marcha incessante e imutável do tempo chegamos, mais uma vez, a um dia primeiro de Janeiro, dia consagrado à paz universal e dia em que, entre nós, o chefe do Estado dirige uma mensagem aos portugueses, para lhes exprimir a sua profunda simpatia e para formular amigos votos pelo bem-estar de todos.

Não esperava que em 1973 fosse ainda eu a ter o privilégio de desempenhar tão honrosa e agradável missão,

pois o termo do meu segundo mandato em 9 de Agosto de 1972, parecia, a meu ver, dever pôr termo, também, à minha carreira política, iniciada há mais de trinta e seis anos. Pensava assim, não por a saúde ter escasseado ou por sentir qualquer quebra de ânimo, mas por considerar a minha idade já demasiado avançada para nela ter início novo mandato de sete anos. Na mensagem que dirigi à Nação, ao assumir perante a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa, reunidas em sessão conjunta, as responsabilidades do desempenho dum terceiro mandato, creio ter esclarecido em termos claros as razões que determinaram solução diversa da inicialmente pensada. Por isso nada acrescentarei ao que então disse, pois tenho plena consciência de ter cumprido, mais uma vez, o dever que me era apontado e a que um português, que muito preza a sua Terra, não podia eximir-se. Só repito, isso sim, a afirmação já duas vezes feita, a primeira em 1965, ao iniciar o segundo mandato e a segunda em 1972, no início do terceiro: em servir a Pátria, não há sacrifícios que contem, mas só servindo-a exemplarmente se justificará continuar na chefia da Nação.

Cabendo-me, pois e pela décima quinta vez, dirigir neste dia, que grande parte da humanidade festeja alegremente, as minhas mais cordiais saudações aos portugueses da Metrópole, da Guiné, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique, da Índia, de Macau e de Timor e aos que vivem e honradamente mourejam, também, em terras estranhas às nossas, faço-o no cumprimento dum dever para mim dos mais gratos, a todos desejando um novo ano repleto de dias felizes. Que todos, sem excepção, possam auferir nele pão abundante, lar condigno e educação esmerada, são os votos que fervorosamente formulo. São, aliás, três necessidades fundamentais para a vida de todo o ser humano, sem o preenchimento das quais não é possível uma sã consciência, o autêntico progresso moral dos povos e uma paz duradoura.

Uma especial saudação é sempre devida aos militares dos três ramos das Forças Armadas que na nossa África continuam a bater-se, abnegadamente, em defesa da integridade do solo pátrio, atacado pelos terroristas que nele conseguem infiltrar-se, vindos de países de formação

muito recente e para os quais são letra morta as regras internacionais que antigamente regulavam as relações entre os povos civilizados. No entanto e ao contrário, quando acidentalmente e em perseguição de terroristas em fuga as nossas tropas penetram, por pouco que seja, nos seus territórios, então já se não mostram ignorantes e os protestos são clamorosos. Temos assim de nos defender, sem poder atacar os refúgios donde partem e em que se acoitam os terroristas. E dada a seriedade com que nos conduzimos, lutamos há quase doze anos numa guerra ingrata e arreliante e totalmente subversiva, que o é pelos métodos de ataque usados pelo inimigo que se expõe e pelo que apoia, de fora e de longe, o terrorismo subversivo. E o segundo é o mais responsável, pois é ele que o alimenta e lhe prolonga a vida e, sem ele, talvez nem tivesse surgido. Por tudo o que em síntese acabo de lembrar, fica acrescida a gratidão que é devida aos nossos militares de Terra, Mar e Ar. Mas não apenas eles são credores da nossa admiração e reconhecimento; em menor grau, embora, também uma e outro são devidos a todos quantos coadjuvam a sua acção, directa ou indirecta-

mente. E não podem esquecer-se, ainda, os prestimosos serviços prestados à causa nacional pelas autoridades administrativas e pelas populações da Guiné, de Angola e de Moçambique, bem como pela nossa diplomacia, que luta permanentemente num Mundo desconcertante e cada vez mais desvairado.

Esquecido anda já o Mundo do quanto ficou devendo ao esforço sobre-humano que os Portugueses èpicamente despenderam nos séculos quinze e dezasseis e das vidas, aos milhares, que ao mar imolaram por tão ousada e heróica gesta, pesado tributo para um povo, que sendo grande na alma era pequeno em número. Desse esforço tirou o Mundo todo o partido, sem nada dar em troca, negando-nos agora o direito de querermos ser diferentes, embora o sejamos de facto, pois fomos nós que descobrimos toda a África Austral e boa parte do Mundo, então desconhecido. Devido apenas ao nosso esforço e não, portanto, ao alheio, estamos em África há quinhentos anos, tempo mais do que suficiente para não poder ser contestado o direito ao que é verdadeiramente nosso, ao

que nos restou das sucessivas espoliações de que fomos vítimas ao longo dos cinco séculos que vão passados. Tirámos grande parte da África da negra escuridão em que esteve mergulhada. Não somos, nem fomos racistas, porque somos e fomos sempre humanos e cristãos. Civilizámos e cristianizámos, muitas vezes com avultados sacrifícios em vidas e haveres. Como hão-de entender o nosso amor e o nosso apego à África os que a não descobriram e os que, por terem nascido apenas ontem, não têm ainda história a defender e a respeitar? Ao contrário deles, nós temos, na realidade, um brilhante passado a honrar, além de que não podemos esquecer, nem trair, as vidas imoladas na sua construção.

Por tudo isto só nos entristece, mas não nos impressiona, o que se tem passado, barulhentemente, na chamada Organização das Nações Unidas. Ela é inteiramente dominada pela maioria constituída pelos países comunistas e afro-asiáticos e nas suas resoluções domina, conseqüentemente, a paixão e o ódio, em vez da razão e da justiça. Ninguém já respeita as suas resoluções, salvo quando coincidem com os seus próprios interesses

ou lhes convém por qualquer motivo. É um organismo que perdeu todo o prestígio e que, até, consegue fazer recordar, com saudade, a Sociedade das Nações.

É habitual, nestas mensagens, referir o que de mais importante ocorreu no campo internacional e entre nós, durante o ano que findou. Embora não o deixe de fazer também nesta, restringirei a um ponto fundamental, pelas repercussões que exerce sobre a nossa vida interna, o muito que haveria a dizer no campo internacional, onde os acontecimentos se sucedem com rapidez estonteante. É o que farei para não tornar esta mensagem demasiado extensa.

Apesar de algumas tentativas, aliás muito de louvar, no sentido de desanuviar a situação, não se modificou grandemente o clima de tensão em que o Mundo vem vivendo desde a última grande guerra. Nem admira que assim suceda, pelo menos enquanto existirem superpotências e uma ou mais delas ambicione exercer o domínio sobre os restantes povos. Não é evidentemente a necessidade de prover à sua defesa que tem levado a Rússia a aumentar constantemente o seu já imenso

poderio militar, mormente o marítimo, pois ninguém pensa em atacá-la, do que dão sobejas provas as contemporizações sucessivas a que de há muito temos assistido e, até, algumas abdições perante as suas desmedidas aspirações. Para esse aumento de poderio tenho chamado repetidamente a atenção, mas só recentemente o Ocidente parece ter-se apercebido do risco potencial que está correndo e se mostrou sèriamente preocupado com ele. Embora grande, tal perigo não é, a meu ver, o maior, pois é possível que o imenso poderio já criado se destine sobretudo a apoiar, a seu tempo, o esperado successo do labor oculto que, de há cinquenta anos para cá, vem desenvolvendo com uma persistência que alguns reveses não conseguiram abalar. O perigo mais grave é, talvez, o da subversão que o comunismo de qualquer cor vem hàbilmente provocando em toda a parte e que, por vezes, já nem é controlável pelos que o fomentam, usando sem limitações todos os meios de que pode dispor, alguns deles diabòlicamente imaginados, pacientemente preparados e hàbilmente executados. Após prolongadas tentativas junto do sector do trabalho, nos primeiros anos



de actuação e, mais tarde, junto das chamadas elites intelectuais, que não produziram todos os resultados que esperava obter, o comunismo, sem deixar enfraquecer as suas mais terríveis armas, o fanatismo dos seus agentes e a pertinácia da sua acção, imaginou subverter a igreja, a família e a escola, três dos principais pilares da civilização ocidental e cristã. Na primeira, manejou com mestria o progressismo e fez dele o seu cavalo de Tróia. Na segunda, fomentou a contestação constante, a propósito de tudo e de nada, e conseguiu introduzir a discórdia e o desacato, onde antes e normalmente reinava a harmonia, o respeito e a estima mútuos. Na terceira, e mediante um bombardeamento maciço de propaganda subversiva e pornográfica, apossou-se de parte da juventude, tornando-a aguerrida e corrompendo-a profundamente. Nestes três campos obteve, infelizmente, êxitos incomparavelmente superiores aos conseguidos anteriormente nos outros.

A civilização ocidental e cristã deixou assim corroer os alicerces sólidos em que durante séculos se firmou com segurança, consentindo e até colaborando inexplicà-

velmente na expansão da corrupção, que assim se foi generalizando, quase sem oposição. Em vez de firmeza, tibieza; por isso o mal se tem agravado, como nódoa de azeite que não encontra obstáculos ao seu alastramento.

Durante muitos anos apontar os riscos do comunismo e das variantes que foram surgindo, era tido como mania ou como obcecação doentia. Hoje continua havendo quem pense assim ou o afirme, sem assim pensar, apesar de os resultados estarem bem à vista de todos os que não fechem os olhos às tristes realidades presentes. O esforço para repor as coisas nos seus devidos termos terá de ser incomparavelmente superior ao que inicialmente teria sido necessário e esse é sempre o tributo a pagar pelos que inadvertidamente deixam correr o marfim. É pois mais do que tempo de o Ocidente abandonar a apatia em que tem vivido e de passar a actuar com a maior firmeza e sem mais hesitações, para que se não torne demasiado tarde. E não deve esquecer-se que o comunismo incita todos os seus simpatizantes ao uso sistemático do verbo exigir, em todos os escritos dirigidos às autoridades e entidades de que dependam nos países não comunistas

e que nos países onde ele está implantado, qualquer arremedo de protesto, por mais ínfimo que seja, é caso muito sério para quem o apresenta ou subscreva. Tira, assim, todo o partido possível da liberdade existente fora do seu mundo, mas não consente nele qualquer desabafo, por mais inofensivo que seja. Tudo o que lá existe é muito diferente do que exporta: não quer para si o que deseja nos outros.

Verdadeiramente confrangedor e extremamente grave é o que se está passando no Mundo e o panorama que ele nos oferece é deveras desolador. Já não é apenas a acção comunizante e a falta de paz em diversas zonas do globo, mas a crescente insegurança em quase toda a parte, mormente nas grandes cidades. Roubos, assaltos à mão armada, raptos, atentados subversivos, desvios de aviões e outros actos de banditismo, repetem-se com uma frequência alarmante de há anos para cá. O que ocorreu nos últimos jogos olímpicos, por exemplo, é desconcertante e devia constituir razão, mais do que bastante, para um grito de alerta, capaz de despertar os que estão dormindo. De facto o grito parece ter sido ouvido e o Mundo

apercebeu-se, finalmente, de que o mal estava progredindo assustadoramente. O alarme chegou à O. N. U. e ela ocupou-se, também, dos crimes praticados pela subversão desenfreada, mas a sua preocupação máxima foi dividir a subversão em dois ramos, o mau e o que lhe parece bom.

Há quem afirme que o actual descalabro do Mundo faz parte de um processo de transformação de que resultará, como reacção inevitável, uma vida melhor. É possível que assim possa vir a ser, mas muito penoso seria alcançar melhores dias através dos atrozes danos que estão causando a subversão, o banditismo, a droga, a pornografia, a corrupção dos costumes, a contestação atrabiliária, a indisciplina, o desrespeito e demais maleitas da vida actual. Custa a entender que o caminho do caos possa conduzir ao caminho da ordem. É como se fosse necessário, para alcançar o Céu, trilhar os diabólicos caminhos do Inferno.

Proferido este desabafo final ao comentário, infelizmente nada optimista, que me pareceu oportuno fazer à situação internacional presente, tal como eu a vejo

e sinto, é tempo de abordar os assuntos relativos à nossa vida interna, onde os males apontados, ainda que com menos virulência em quase todos eles, também acabaram por nos bater à porta.

Continuámos, durante o ano de 1972, procedendo à incondicional defesa da nossa soberania, em todos os territórios que constituem o sagrado património de Portugal. Sem a descurar, pois é missão a que tem de ser dada a primeira prioridade, conseguimos intensificar o desenvolvimento de todas as parcelas constitutivas do todo nacional e aumentar o nível de vida das populações que nelas vivem. Esse aumento é bem notório em toda a parte, nas cidades e até nas localidades de menor população, consequência do esforço desenvolvido àrduamente pelos nossos governantes e pelas empresas privadas, em todos ou quase todos os sectores, pelo menos nos mais importantes, da vida nacional. Claro que tudo tem a sua face menos boa, pois o aumento substancial dos salários e do nível de vida gera o aumento do custo dos bens de consumo e a consequente inflação. São resultantes praticamente inevitáveis, que convém reduzir ao mínimo,

mas não podem ser anuladas, dada a sua profunda inerência. É fenómeno geral e irreversível, a que se deve estar sempre atento, para que os seus malefícios não anulem e muito menos superem, os benefícios de que são consequência.

É francamente consolador o surto do progresso verificado em todo o País durante o ano findo, a preocupação constante de incrementar rapidamente os meios de ensino, de defesa da saúde, de previdência social, das comunicações rodoviárias, ferroviárias e aéreas em todos os escalões. O problema da habitação vai também sendo resolvido com o maior empenho, embora sem a rapidez que seria de desejar e a que se opõem alguns entraves difíceis de remover. Nesta matéria continua sendo muito de louvar a acção desenvolvida pela Câmara Municipal do Porto, que depois de extinguir as tristemente célebres «ilhas», tem conseguido o mesmo sucesso em relação aos bairros de lata que na cidade existiam e vão, também, sucessivamente desaparecendo. Política semelhante está sendo corajosamente seguida pela Câmara Municipal de Almada e que é igualmente muito de louvar. Mas é evidente

que as maiores achegas são as dadas pelos Ministérios das Obras Públicas e das Corporações. E sem esquecer a contribuição prestada à resolução desse fundamental problema pela Fundação Calouste Gulbenkian, há ainda a referir que no seu âmbito restrito, tem a Fundação Salazar contribuído, embora modestamente, para a resolução do problema habitacional respeitante aos aglomerados familiares economicamente mais débeis. Pena é que a sua acção tenha de se ir restringindo, na medida em que a rarefacção de donativos o vá impondo.

Em resumo pode dizer-se, sem optimismos exagerados, que o País progrediu muito satisfatòriamente no ano passado em quase todos os sectores e até amplamente nalguns deles e que esse progresso se verificou, não apenas no Portugal Metropolitano, mas igualmente no Portugal de Além-Mar, onde nalguns aspectos foi bastante além do que se poderia prever. Esse progresso geral, de que os empreendimentos de Cabora Bassa, do Cunene e de Sines são os símbolos máximos, será, certamente, o melhor antídoto para estancar o aumento da emigração excessiva da nossa gente, verificado nos últimos anos.

Três efemérides foram solenizadas com o merecido relevo no ano transacto. Por ordem cronológica da sua ocorrência as vou citar e lhes farei algumas referências.

A primeira, foi a do cinquentenário da primeira viagem aérea entre Lisboa e o Rio de Janeiro, efectuada de forma épica, pelo almirante Gago Coutinho e pelo comandante Sacadura Cabral. A grandeza do feito realizado em 1922, na infância da aviação, não podia ser esquecida e não o foi, nem em Portugal, nem no Brasil. Foram muitas as manifestações levadas a efeito, todas com muito brilho e a muitas delas tive o consolo de assistir. Para quem viu partir os dois aviadores, na madrugada do dia 18 de Abril de 1922, do Porto da Praia para os penedos de S. Pedro e S. Paulo, essa presença constituiu um privilégio muito agradável.

A segunda, foi a do quarto centenário da primeira publicação de *Os Lusíadas*. As manifestações que o acontecimento provocou, quer em Portugal, quer no Brasil, tiveram o maior nível, como era mister. Muitas edições do imortal poema se publicaram, tanto em Portugal, como no estrangeiro, numa demonstração muito signifi-



cativa do valor extraordinário e da projecção alcançada pela obra-prima de Camões, que ombreia, sem quaisquer dúvidas, com as melhores que o génio humano tem produzido. Conjuntamente com o presidente Medici tive a honra de presidir à sessão solene realizada no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, no dia 27 de Abril, comemorativa do acontecimento e que decorreu com a maior elevação. Em Portugal presidi também a algumas cerimónias e inaugurações e em todas se notou a mesma elevação e igual brilho.

A terceira, foi a do centésimo quinquagésimo aniversário da independência do Brasil. Portugal tomou parte importante nas cerimónias festivas que o acontecimento motivou naquele grande e querido país. Em cumprimento do que foi acordado entre as duas Nações Irmãs, desloquei-me ao Brasil para concretizar a cedência compreensiva que lhe fora feita, a seu insistente pedido, dos restos mortais do seu imperador D. Pedro I e nosso rei D. Pedro IV. A entrega efectuou-se no Rio de Janeiro, com a maior dignidade e invulgar esplendor, no dia 22 de Abril, dia em que se completavam 472 anos sobre

a descoberta do Brasil pelo navegador português Pedro Álvares Cabral. Foi uma atitude transcendente a que Portugal praticou e ela foi compreendida e muito apreciada pelo povo brasileiro, que aspirava, de há muito, a ver preenchido o panteão existente sob o monumento do Ipiranga. Na viagem empreendida oficialmente ao Brasil, estive no Rio de Janeiro, em Brasília e em S. Paulo e, no regresso, também na Baía, mas sem carácter oficial. A viagem decorreu, felizmente, com o maior sucesso e em toda a parte fui recebido com as honras devidas ao chefe do Estado do País Irmão e com uma amizade familiar que muito me cativou, exuberantemente manifestada por todas as individualidades com quem tive o prazer de contactar, mormente pelo chefe do Estado do Brasil, general Emílio Medici. Ao Brasil deslocou-se, também, o presidente do Conselho de Ministros, Doutor Marcello Caetano, a convite do governo brasileiro, para que o nosso país pudesse estar devidamente representado no acto solene da inumação definitiva dos restos mortais do imperador D. Pedro I no monumento do Ipiranga, em S. Paulo, realizado em 6 de Setembro, véspera do dia

em que se completavam 150 anos sobre a independência política do Brasil.

Feita referência a estas três importantes efemérides e seguindo o critério adoptado nas anteriores mensagens, vou rapidamente indicar a minha actividade na Metrópole, ao longo do ano de 1972. Visitei vários empreendimentos turísticos no Algarve no início do ano; completei as visitas, iniciadas em 1970 e continuadas em 1971, aos estabelecimentos dependentes do Ministério da Marinha; visitei, durante o ano, os diversos navios com que foi enriquecida a nossa Marinha Mercante; inaugurei as Barragens de Vilarinho das Furnas, do Monte da Rocha, que recebeu o nome do engenheiro Rui Sanches, ministro das Obras Públicas e das Comunicações, e do Carrapatelo; inaugurei diversos congressos e exposições, as Feiras de Santarém, da Golegã e Internacional de Lisboa e os salões que dela foram destacados; visitei o Instituto Nacional de Estatística; inaugurei alguns bairros de habitações económicas; desloquei-me duas vezes à cidade do Porto e visitei oficialmente os concelhos da Moita e de

Celorico da Beira; estive presente na inauguração do Autódromo do Estoril e dos Hotéis Sheraton, de Lisboa e do Funchal e Holliday Inn, no Machico (Madeira); presidi às comemorações do 25.º aniversário da Sociedade Portuguesa de Navios Tanques e do 50.º aniversário da Companhia Colonial de Navegação; assisti ao encerramento dos 5.ªs jogos desportivos luso-brasileiros, no Estádio Nacional; inaugurei as Escolas de Enfermagem de Lisboa e do Porto e a Escola Náutica Infante D. Henrique, belo estabelecimento de ensino que tardou a surgir e pelo qual muito pugnei; desloquei-me à Madeira para realização de várias visitas e para a inauguração dos dois hotéis já atrás indicados; inaugurei, em Vila Nova de Famalicão, a Fundação Cupertino de Miranda; e, além de todas as sumàriamente indicadas, muitas outras visitas e inaugurações tiveram lugar e que não especifico para não alongar mais as citações. Apenas há a fazer ainda uma menção especial e essa é às cerimónias patrióticas realizadas em Lisboa e noutras cidades, no dia 10 de Junho, em que foram agraciados muitos dos bravos militares

que mais se distinguiram na defesa das sagradas terras portuguesas de Angola, de Moçambique e da Guiné.

Embora a tenha querido reduzir, já vai longa de mais esta mensagem, pelo que, em relação ao ano que hoje se inicia, só refiro um acontecimento que nele ocorre e que tem inegável relevo: a passagem, em Junho, do sexto centenário da aliança luso-britânica, a mais velha aliança que o Mundo tem conhecido. Recordo ter recebido, em 26 de Fevereiro de 1971, uma numerosa e simpática deputação da Corporação dos Jardineiros de Londres, corporação nascida no ano de 1345. E a propósito dos seus seiscentos anos de existência, foi lembrada a circunstância de, no mesmo século em que nasceu essa corporação, ter sido firmada a aliança entre Portugal e a Inglaterra, o que deu lugar a que eu afirmasse que os seiscentos anos da aliança se perfaziam em Junho de 1973 e que de desejar seria que essa singular efeméride pudesse vir a ser devidamente lembrada e festejada.

À semelhança do que fiz em anos anteriores, era minha intenção abordar alguns pontos da nossa vida interna e sobre eles tecer algumas considerações, mas a

extensão desta mensagem já não permite mais do que uma rápida referência a um deles, de grande acuidade, relativo ao agravamento, na nossa Terra, dos males de que enferma a quase totalidade dos países ocidentais, autêntica calamidade da época triste em que se vive e a que não foi posta, com a oportunidade que era mister, a necessária barreira sanitária.

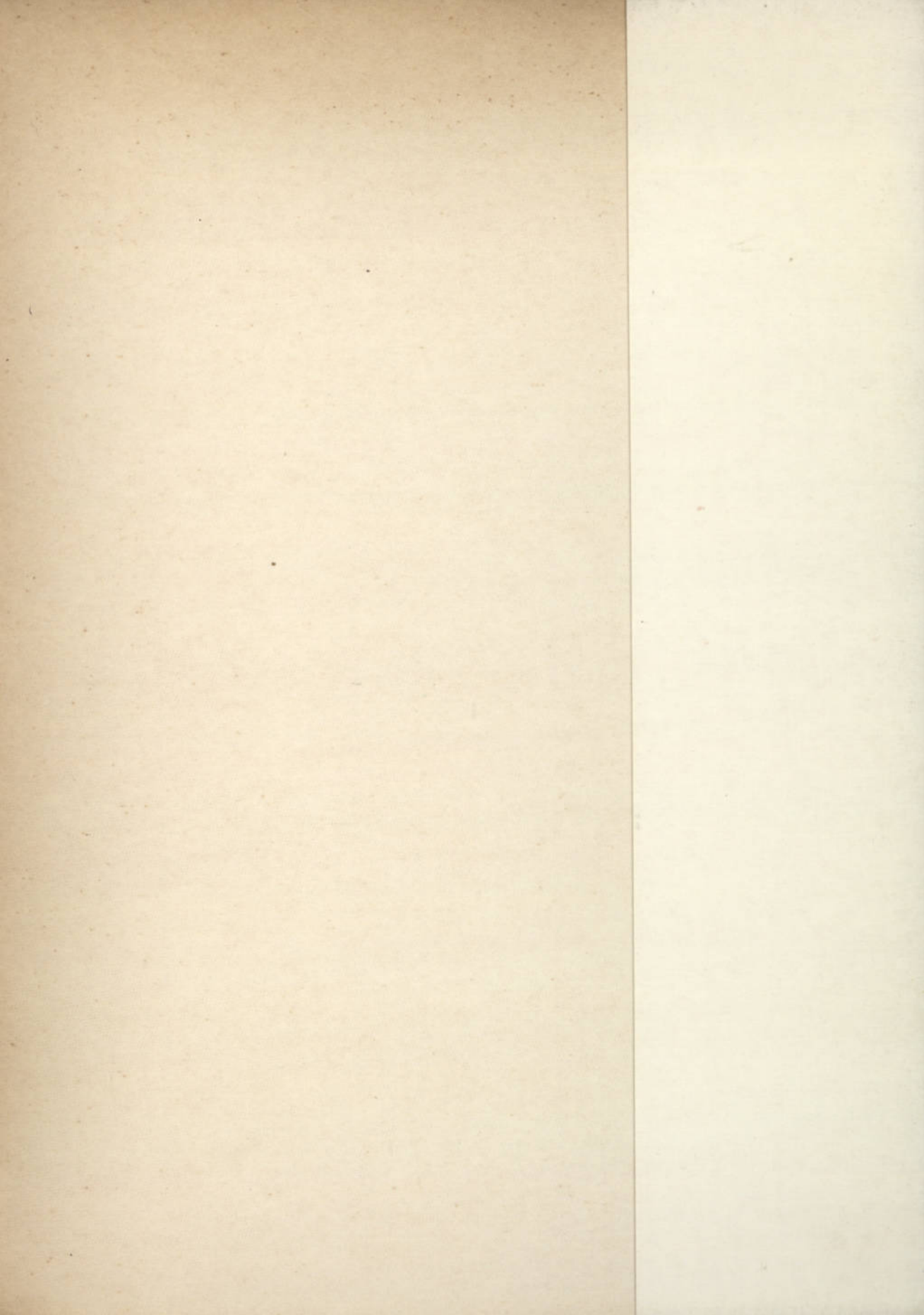
Infelizmente o crescente aumento do número de roubos, a pornografia, a corrupção dos costumes, o uso da droga, a contestação desenfreada e violenta, a indisciplina e a falta de respeito, estão sendo também, entre nós, motivo de muita preocupação. A juventude está irreconhecível e ninguém sabe o que ela pretende com os desvarios que comete no seio das famílias e nos estabelecimentos de ensino. Tudo tem de mudar: é necessário que as famílias readquiram o prestígio que perderam e se compenetrem dos seus deveres, não deixando que se percam definitivamente os homens de amanhã. É igualmente indispensável que não se tolere mais o que de incrível se tem passado nas escolas. Elas existem para que os professores ensinem devidamente e os alunos

aprendam com todo o interesse. Não pertencem, nem a uns, nem a outros. São pertença da Nação.

São estas as palavras, bem diferentes das usuais, com que termino esta mensagem. Que elas sejam ouvidas e compreendidas, é a minha intenção. E muito grave seria que o não fossem.

Composto e impresso nas  
oficinas gráficas da S. E. I. T.  
lisboa — Janeiro de 1973





NB



\*EFG0000515127\*



S.N.